

**CAMPO E RURAL, CIDADE E URBANO: DISTINÇÕES NECESSÁRIAS PARA
UMA PERSPECTIVA CRÍTICA EM GEOGRAFIA AGRÁRIA**

**COUNTRY AND RURAL, CITY AND URBAN: NECESSARY DISTINCTIONS FOR A
CRITICAL APPROACH ON AGRARIAN GEOGRAPHY**

Pedro Paulo Biazzo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Colégio Pedro II

ppbiazzo@ig.com.br

Resumo

O texto consiste em um ensaio interpretativo voltado à revisão de recentes contribuições teóricas acerca das categorias rural e urbano, baseadas em autores de diversos campos de saber. Tal revisão serve de base a esclarecimentos terminológicos, na tentativa de distinguir usos operatórios e analíticos destas categorias, além de diferenciar campo de rural e cidade de urbano.

Palavras-Chave: Rural; Urbano; Pensamento Social.

Abstract

This text represent an interpretative essay with the objective to review recent theoretical contributions over rural and urban as scientific categories, based on authors from inside and outside Geography. This review is the basis to terminological enlightnings, in an attempt to distinguish operatorial and analytical uses of this categories, as well as to identify the differences between country and rural, city and urban.

Keywords: Rural; Urban; Social Studies.

Introdução

O que é, afinal, “o rural”? O que é, afinal, “o urbano”? Tais questões vieram à tona no meio acadêmico, desde o início do século XX. A partir dos anos 1970, em países centrais e, desde os anos 1990, no Brasil, foram recolocadas e intensamente reavaliadas tanto no debate acadêmico como, também, nas instituições estatais, nos organismos de pesquisa e organizações não-governamentais.

“Rural” e “urbano” são vocábulos que adquirem significados variados, justamente porque encarados como fundamentais para o planejamento territorial em diversas escalas e para o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões: política, econômica, cultural, ambiental, em suma, social. Há uma verdadeira obsessão pela discussão de critérios definidores do corte “rural/urbano” em pesquisas técnicas e em estudos pragmáticos, que tratam tais categorias de modo operatório, basilares para a constituição de um método diferenciador de espaços. Paralelamente, tal fixação se reapresenta em estudos teóricos e como suporte para pesquisas acadêmicas, onde se busca tratar rural e urbano como categorias analíticas, algo muito dificilmente alcançado.

“Rural” e “urbano”, na maioria das vezes, aparecem como categorias operatórias, utilizadas como referências a bases empíricas e, na abordagem atual dominante entre os geógrafos, são lidas como conjuntos de formas concretas a compor os espaços produzidos pelas sociedades. Tal significado se aproxima do uso no senso comum e também se encontra bastante consolidado entre autores de diversos campos de saber como Sorokin, Zimmerman e Galpin (1930), Redfield (1956), Mendras (1969), Léfèbvre (1970), Sarraceno (1994), Kayser (1996) e, no Brasil, Graziano da Silva (1999), Veiga (2002) ou Abramovay (2003).

Por outras e raras vezes, quando aparecem como conteúdos ou significados das práticas sociais, rural e urbano servem de base a análises generalistas, que visam uma construção teórica e que, pelo que parece, podem adquirir um sentido adequado ao avanço do pensamento nas ciências humanas.

Esclarecer esta diferença de usos das categorias rural e urbano e buscar definir-lhes um sentido é o objetivo deste ensaio interpretativo. Isto não significa uma pretensão ou busca de qualquer nova construção teórica mas, simplesmente, um

esclarecimento terminológico, na tentativa de distinguir campo de rural, cidade de urbano. Importantes contribuições para o uso das expressões rural e urbano já foram fornecidas justamente pelos autores que aqui se pretende analisar. Porém, os mesmos que conseguiram realizar a difícil tarefa de resignificar tais expressões e inseri-las como categorias analíticas em suas práticas discursivas, parecem continuar vítimas dos padrões de uma ciência moderna, reducionista e essencialista, que se manifesta em pequenos detalhes de sua linguagem, decisivos, contudo, no comprometimento e esvaziamento de sua mensagem. Por isso, no meio acadêmico continua-se a confundir campo com rural e cidade com urbano.

Ancorados pelos procedimentos de uma pesquisa interpretativa com amplas bases na filosofia e na antropologia, autores internacionais, provenientes principalmente do campo da Sociologia, como Léfèbvre² (1972), Chamboredon (1985), Remy (1989) e Mormont (1989, 1997) forneceram novas perspectivas para o uso teórico das expressões “rural” e “ruralidade”, ao mesmo tempo em que, direta ou indiretamente, redefiniram “urbano”. No Brasil, os principais pesquisadores que absorveram tais contribuições foram a antropóloga Maria José Carneiro (1998, 2003), ao tratar das ruralidades, e o geógrafo João Rua (2000, 2002), ao discorrer sobre as urbanidades. Paralelamente, ancorado pelas críticas da ciência e da modernidade, Roberto Moreira (2002, 2006) vem promovendo a rediscussão das categorias rural e ruralidade por meio de abordagem profundamente interdisciplinar, voltada à desnaturalização destas e de outras expressões. Sua reflexão se destaca por vincular as disputas de poder à produção de significados para certos “rural” e “urbano” construídos pelos diferentes agentes sociais.

Dos estudos sobre campo, cidade, rural e urbano realizados por geógrafos brasileiros, muitos foram aqueles fundamentados direta ou indiretamente em Henri Léfèbvre (1972), marcadamente através de Milton Santos (1988, 1994). Entretanto, os demais autores supracitados estão começando a ser incorporados à Geografia. A combinação da perspectiva de Léfèbvre e Santos com estas novas leituras provenientes das ciências sociais, nos anos 1990, permite a construção da presente reflexão.

rural, cidade e urbano

Os estudos sobre relações campo/cidade tiveram maior expressão no âmbito da Sociologia, desde as primeiras décadas do século XX, principalmente nos Estados Unidos. As primeiras interpretações sobre o tema eram dualistas, colocavam “urbano” e “rural” como áreas contrapostas, espaços com características próprias e isoladas. Tal visão tradicional, amplamente instituída na sociedade e entre os cientistas, começou a ser relativizada pelo trabalho de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1930), no qual a polarização antagônica passou a ser substituída por um gradiente de variações espaciais, de uma situação típica – “o rural” - a outra – “o urbano”, compondo um “continuum rural-urbano”. Diferenças empíricas em aspectos ocupacionais e ambientais, de tamanho das comunidades, de densidade populacional, de mobilidade, entre outras, foram elencadas pelos autores para diferenciar o “meio rural” do “meio urbano”. A perspectiva do continuum, aprofundada pelo antropólogo Robert Redfield (1956) nos anos 1940 e 1950 fomentou, entretanto, a concepção de que o “meio rural” estaria cada vez mais sob influência do meio urbano. Por conseguinte, gerou a idéia de progressiva extinção de sociedades, modos de vida ou espaços ditos “rurais”.

Na passagem das décadas de 1930 a 1960, tanto em países centrais, como em países como o Brasil, semiperiféricos, a modernização tecnológica na agropecuária intensificou-se e os estudiosos sobre relações “rural/urbano” se debruçaram acerca da difusão dessas novas tecnologias. Sendo assim, as análises outrora voltadas mais a aspectos populacionais foram deslocadas para aspectos econômicos ligados à gestão das propriedades. Tais pesquisas faziam uso de métodos quantitativos e visavam identificar e classificar sistemas agrícolas, compondo um modelo de análise mais tarde denominado “difusionismo” (SCHNEIDER, 1998). Os espaços classificados como “rurais” seriam palcos para a expansão de inovações tecnológicas provenientes de espaços “urbanos”.

Nos anos 1960, houve a incorporação de influências marxistas, histórico-dialéticas, menos pragmáticas e mais voltadas ao estudo das desigualdades. Mesmo assim, a ênfase na análise de processos econômicos acabou transformando a sociologia rural em uma sociologia da agricultura (MARTINS, 1981). O foco analítico se tornara mais restrito, algo que também se refletiu na geografia agrária européia e norte-americana, de contornos até hoje insistentemente economicistas –

dominantemente pragmáticos nas décadas de 1950 a 1970, e hegemonicamente marxistas dos anos 70 do século XX em diante³.

A associação e, mesmo, indistinção entre campo, rural e agricultura gerou uma perspectiva que passou a ser chamada de “urbanização do campo” ou “urbanização do rural”, que foi largamente criticada por antropólogos e sociólogos, principalmente franceses, como Rambaud (1969) e Jollivet (1997). Porém, esta linha de pensamento permanece presente em praticamente todos os estudos voltados ao planejamento territorial, que colocam em discussão alternativas para o desenvolvimento.

Graziano da Silva (1999) se insere nesta corrente e, ao aprofundar a idéia de “espaços rurbanos” no Brasil, continua a se basear no continuum rural/urbano. A contribuição deste autor, entretanto, está na quantificação e comprovação de hipóteses anteriormente constatadas em países centrais: a população oficialmente recenseada no Brasil pelo IBGE como “rural” vem apresentando cada vez maior inserção em atividades não-agrícolas. As crescentes oportunidades no setor terciário contrastam com movimentos de exclusão no setor primário, provocados pela mecanização agrícola e pelo mercado orientado às *commodities*. Além disso, a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas para complementar a renda da família se mostra estratégia crescente e revela o fenômeno da pluriatividade familiar.

Próximos desta concepção estão aqueles que buscaram, com distintos objetivos, questionamentos e métodos, construir uma abordagem territorial para estudar a relação campo/cidade ou “rural/urbano”: a geógrafa italiana Elena Sarraceno (1994), o geógrafo francês Bernard Kayser (1996) e, no Brasil, Veiga (2002) e Abramovay (2003), ambos economistas. Todos se baseiam em uma constatação e premissa comum, verificada a partir dos anos 80: a urbanização não levou ao fim das áreas campestres. Pelo contrário, situações de recuperação de dinamismo em espaços caracterizados como “rurais”, em paralelo ao declínio econômico de algumas localidades “urbanas”, contrariaram a previsão de uma urbanização inexorável. Houve, dessa forma, um “renascimento rural” (KAYSER, 1996) baseado, em parte, na proliferação do fenômeno da pluriatividade e, em parte, no reconhecimento do campo como espaço de lazer.

Desde os anos 1980, nos quadros de uma 3ª Revolução Industrial, verificou-se uma variação dos termos de troca entre o campo e a cidade, na medida em que

ocorreu um deslocamento espacial dos centros de desenvolvimento entre espaços inter e intra-nacionais. Uma lógica reticular de organização do espaço se sobrepôs à lógica de continuidade territorial anterior e possibilitou uma intensificação do processo de descentralização industrial, comercial e de serviços, tendência já verificada bem mais discretamente no espaço intra-nacional de países centrais como Estados Unidos e França, desde a distante década de 1950.

Em espaços próximos a grandes cidades dos países centrais e, também, semiperiféricos, a população residente no campo começou a se inserir no mercado de trabalho de atividades turísticas, na medida em que a população da cidade, principalmente a da metrópole involuída, hipertrofiada, vem procurando se recolocar em contato com a natureza e a tranqüilidade esvaídas do ambiente metropolitano.

A análise mais detalhada de cada um dos autores supracitados não cabe dentro dos limites deste trabalho, mas pode ser encontrada parcialmente em Carneiro (2003), Blume (2004) ou Lima (2006). Vale destacar que Sarraceno (1994) propõe a identificação de diferentes dinâmicas para cada parcela do espaço e em diferentes escalas, com o objetivo de construir critérios variáveis de definição entre “rural” e “urbano”, adaptados à situação de cada uma delas.

Por sua vez, Abramovay (2003) trata das “funções e medidas da ruralidade” e, assim como Veiga (2002), ressalta a importância do conceito de território para o entendimento das relações entre “rural” e “urbano”. Apesar destes estudiosos diferenciarem adequadamente rural de agrícola, demonstrarem que nem todas as áreas consideradas “rurais” estão sofrendo esvaziamento demográfico e que, portanto, não são sinônimo de atraso e estagnação, não se preocupam com as duas importantes distinções entre campo e rural e entre cidade e urbano. Por isso, falam despreocupadamente em “espaços urbanos”, “regiões rurais”, “áreas rurbanas”, entre outras expressões que acabam dificultando um avanço teórico capaz de aprofundar a crítica da abordagem dualista. Por outro lado, tais estudos se tornam efetivos para a construção de metodologias e continuam a atribuir um sentido operatório às categorias “rural” e “urbano”. Em outras palavras, são úteis para pesquisas aplicadas e para rediscutir critérios embasadores de políticas públicas.

Não podemos esquecer, ainda, da valiosa contribuição da socióloga Maria de N. Wanderley (1997, 2003), representante no Brasil de uma vertente culturalista dos

estudos sobre rural e ruralidade. Desde o início da sociologia rural, os modos de vida são enxergados majoritariamente como formas de cultura (MARTINS, 1981). A perspectiva cultural, contudo, só se tornou expressiva a partir de Rambaud (1969). Foi a primeira a reduzir a ênfase da dimensão econômica e distinguir rural de agrícola, pois se preocupou com relações sociais e valores, mais do que com a técnica. Nela, há uma idéia de culturas que não são passivas, incorporam valores e se modificam, embora sejam qualificadas como tradicionais.

Wanderley (2003) sustenta que o rural é um modo de vida, por meio do qual os indivíduos enxergam a si mesmos e o mundo à sua volta. A autora reflete sobre a idéia de “mundo rural”, um universo que não é isolado mas que carrega especificidades, buscadas através da história, acreditando no rural como formação sócio-histórica concreta. Contudo, também Wanderley associa rural e urbano a recortes específicos do espaço, não conseguindo deixar de utilizar as tão usuais e, mesmo, viciadas, expressões “espaços rurais”, “meio rural” e “meio urbano”.

Esta perspectiva culturalista vem sendo criticada por autores europeus, como Mormont (1997), e brasileiros, como Carneiro (2003) porque a cultura pode ser abordagem para “o rural”, assim como para qualquer universo social, mas não há como definir uma cultura rural, não há como adjetivá-la desta forma. As características objetivas indicativas do “rural” são tão variáveis, que se torna impossível especificá-las em generalizações. Mais uma vez, “rural” é tratado de modo operatório e, não, analítico, perpetuando o enfoque dualista.

Novas Mensagens em Antigas Linguagens: ruralidades “no urbano” e urbanidades “no rural”

Há um conjunto de estudos que, em contraste com aqueles até agora analisados, conseguiram utilizar as categorias “rural” e “urbano” em um sentido não essencialista, movimentando-se em busca de elaborações teóricas capazes de tratá-las como categorias analíticas. Em Biazzo (2006), analisou-se de modo relativamente detalhado os escritos de Chamboredon (1985), Remy (1989) e Mormont (1989, 1997) acerca das categorias rural e ruralidade.

Em suma, esses autores renovaram o significado teórico de tais expressões, desvinculando-as de recortes espaciais específicos ou de conjuntos de formas materializadas na paisagem. Remy utiliza a idéia de “sociologia da ação”. Nela, o que define o espaço são as relações entre os atores, sua disputa de interesses pelo uso deste espaço, calcada em diferentes idéias que associam o rural à natureza. O conservadorismo, o desenvolvimento regional, o turismo e o lazer, são exemplos que encerram finalidades conflitantes neste uso.

É preciso reforçar, portanto, o que há de destaque nesta perspectiva de Mormont e Remy: suas opções por ressaltar a idéia de localidade não levam o rural (ou o urbano) a serem encarados como tipos de espaço. Rural e urbano são qualidades das relações sociais e, por isso, trata-se de rural e urbano no local e, não, “um local como rural ou urbano”. Conseqüentemente, Remy e Mormont fornecem respostas diferenciadas, por exemplo, à perspectiva da “urbanização do rural”, no sentido de que não é necessário que haja o fim de manifestações rurais devido à modernização, pois ambos podem conviver nos mesmos locais, nas práticas dos mesmos atores sociais.

Idéias semelhantes encontram-se sugeridas, mas não totalmente esclarecidas teoricamente, nas obras de Henri Lefèbvre e de Milton Santos. Embora o objetivo deste último autor não fosse o de debruçar-se sobre as categorias rural e urbano, em alguns de seus estudos como *A Urbanização Brasileira* (SANTOS, 1994), ou *Metamorfoses do Espaço Habitado* (SANTOS, 1988), há a clara opção por considerar cidade e campo como formas no espaço, enquanto rural e urbano especificam o conteúdo social destas formas. Deste modo, expressões como “espaço agrário”, “espaço rural” ou “espaço urbano” deixariam de ser utilizadas indiscriminadamente, na medida em que o uso do território pode ser agrícola, conter traços de sociabilidade adjetivados de rurais, sem torná-lo especificamente “rural”.

É uma das metas que parecem ter perseguido Rua (2000, 2002), De Paula (2005), Carneiro (1998, 2003) e Moreira (2002,2006). As mensagens de tais autores apontam neste sentido. Entretanto, quanto à linguagem em certas passagens discretas, também não conseguem se desvencilhar de expressões usuais, porém decisivas.

Em regra, utilizam-se das categorias ruralidade e urbanidade. Parece claro que a idéia de ruralidade surge com tanta força devido ao fato de que a perspectiva de uma “urbanização do campo”, desenvolvida principalmente por pensadores marxistas, levou a idéia de rural a ser encarada como “um meio (social ou espacial) estático”, não transformado, atrasado em face da modernização. Todavia, para Carneiro (2003), a idéia de ruralidade(s) se refere ao processo social, diz mais sobre o “mundo rural” no processo de transformação e faz referência não exatamente a um espaço ou a um modo de vida, porém às “manifestações do rural”. A novidade está em incluir o urbano no rural (e vice-versa), tendo a consciência de que um é pensado ou construído a partir do outro.

Moreira (2002) acrescenta a isso o fato de uma certa imagem de rural ter sido parte do “projeto da modernidade” e, claramente, a idéia “hegemônica” acerca de rural está profundamente ligada a visões sociais constituídas no meio urbano-industrial europeu. Sua premissa é a de que toda teoria científica é uma hipótese sobre a realidade, uma narrativa construída a partir de relações de poder. Ao invés de arrolar características de espaços como ruralidades, o autor aponta “identidades” ligadas à idéia de ruralidade, construídas por discursos provenientes de elites urbanas em seus objetivos modernista/modernizador:

o rural da modernidade ficou identificado com a tradição, incivilidade e irracionalidade. Associado às relações face a face, às culturas estáveis, homogêneas e primitivas, ficou identificado como conservador. Associado ao antigo regime – feudal em alguns casos e escravista em outros – ficou identificado como autoritário, não-democrático. Noutro sentido, o território urbano ficou referido ao tempo contínuo, ao mecanismo do relógio e ao espaço geométrico horizontal-vertical das ruas e dos edifícios. O território rural ficou associado ao tempo sazonal e ao espaço ecossistêmico da natureza. (MOREIRA, 2006, p. 8)

Além disso, nestes autores, podemos encontrar outra explicação sobre a emergência da categoria ruralidade. Trata-se, também, de uma tentativa de responder ao dilema colocado pela separação homem-natureza. Como já se apontou, nas últimas décadas surge outra percepção do campo, correspondente a um resgate da natureza pelos habitantes da cidade que a ele se dirigem. Relativo, igualmente, a um modo de vida que, para a sociedade urbana, é “alternativo” e poderia servir de base

para um outro “desenvolvimento”, ambientalmente sustentável. Carneiro (2003) e Moreira (2006) esclarecem como os significados de rural e ruralidade estão em reconstrução: da terra como base produtiva à terra como base natural, patrimônio ambiental, dedicado não apenas às atividades agrícolas, mas também às atividades ligadas ao lazer, como as práticas turísticas e de segunda residência, com usos de objetivo supostamente mais conservacionista do que predatório.

Se muda o discurso hegemônico, mudam os significados de rural e ruralidade, urbano e urbanidade. Eis uma perspectiva que destaca a dimensão epistemológica de tais categorias, mais do que suas dimensões metodológica e ontológica (BIAZZO, 2006).

Não se discute se as urbanidades estão desaparecendo ou não e, provavelmente devido a isso, a noção de ruralidades esteja mais em voga e seja muito mais acionada. Mesmo assim, como contraponto à idéia de ruralidades, Rua (2000, 2002) trabalha com a categoria “urbanidades”. O motivo para a escolha do autor diz respeito ao espaço específico a que se propõe analisar: o interior fluminense, com elevados índices de urbanização; espacialidade submetida à lógica metropolitana, tanto em infra, quanto em superestrutura. Ao afirmar que “o rural é recriado pelo capitalismo” e que “os projetos de poder na modernidade se fundam na cidade”, Rua vai ao encontro das elaborações teóricas de Moreira, De Paula e Carneiro.

De modo geral, suas novas mensagens ficam sintetizadas por esta última autora quando afirma:

As categorias rural e urbano não designariam espaços ou propriedades empiricamente observadas, mas representações sociais. Assim, chegamos à desnaturalização de referências empíricas que sustentam essa dualidade, tornando possível reconhecer experiências e relações sociais tidas como rurais, mas que se manifestam em espaços considerados urbanos. Nesses termos, o rural pode ser, em alguns contextos, expressão da tradição, da autenticidade das relações interpessoais, do simples, do atraso, como também pode, através de uma reelaboração simbólica por parte dos atores sociais, conter ícones da modernidade e ser expressão de uma modernização que se realiza em espaços tipicamente urbanos (CARNEIRO, 2003, p. 9).

No debate teórico, os escritos de Carneiro, De Paula, Moreira e Rua revelam-se muito mais eficazes do que os demais analisados. São autores brasileiros que fornecem significativa contribuição para utilizar rural e urbano como categorias analíticas, ao fazer referência, de modo consistente, a um “mundo rural” como universo simbólico. Realizam um movimento que minimiza a substantivação de tais categorias.

Entretanto, as novas mensagens aqui decodificadas guardam formas discursivas, ou seja, linguagens, herdadas do paradigma empiricista e dualista voltado às dimensões ontológica e metodológica das categorias rural, urbano e seus derivados.

Em Moreira, por exemplo, encontramos passagens como esta: “poder-se-ia falar de elementos de ruralidade em espaços urbanos, bem como elementos de urbanidade em espaços rurais” (MOREIRA, 2002, p. 21) – não seriam espaços citadinos e espaços campestres?

Do mesmo modo, enquanto expressões como “meio rural” ou “localidade urbana” encontradas em passagens do texto de Carneiro (2003), ou mesmo enquanto Rua (2002) continuar a usar a denominação “urbanidades no rural”, ao invés de “urbanidades no campo”, as categorias rural e urbano, ruralidade e urbanidade não terão adquirido plenamente seu sentido analítico.

Novas Mensagens em Nova Linguagem: campo e cidade como formas; ruralidades e urbanidades como conteúdos de construções sociais

Retornando a Léfèbvre (1972), buscou-se claramente neste autor a orientação para distinguir campo de rural e cidade de urbano. Oscar Sobarzo (2006), em seu texto sobre o urbano e o rural na obra de Léfèbvre, aponta que tal par de categorias não é o mais adequado para abordar as análises do autor, pois nelas “urbano” indica uma sociedade em formação na qual está incluído o rural. “[...] é mais apropriado começar analisando a relação cidade/campo [...] urbano e rural permanecem como conteúdos diferenciados (urbanidade e ruralidade), mas [em Léfèbvre] a oposição cidade/campo atenua-se” (SOBARZO, 2006, p. 54-55).

Esta leitura pode, então, ser associada à visão de Milton Santos (1988) e Santos e Silveira (2001) acerca do espaço geográfico: este figura como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Objetos são formas, fixos. Ações são relações sociais, fluxos, funções, conteúdos. Enquanto os primeiros compõem a infra-estrutura (para os autores, “tecnosfera”), os segundos engendram a superestrutura (“psicosfera”). Campo e cidade são, portanto, materialidades. Concretizam-se como paisagens contrastantes. Ruralidades e urbanidades são racionalidades ou lógicas. Manifestam-se por meio de nossos atos, através das práticas sociais. Na esfera dos sujeitos, são conteúdos incorporados no curso da vida. Na esfera das instituições ou agentes coletivos, são ora incorporados, ora herdados. De qualquer modo, são representações provenientes de diferentes universos simbólicos, reproduzidos por cada indivíduo em seu convívio social.

São inúmeros exemplos de novas identidades rurais ou manifestações de ruralidades encontrados tanto no campo quanto na cidade. Associadas à economia seriam a revitalização de práticas de produção orgânica nas atividades agrárias, o turismo rural em espaços campestres e os mercados futuros de *commodities* em espaços citadinos. Associadas à política seriam o personalismo e o clientelismo, os embates na OMC acerca de subsídios agrícolas, as disputas no âmbito dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário no Brasil, os movimentos sociais como o MST. Associadas à cultura, como já se destacou, envolvem a busca de uma reaproximação da natureza pela população citadina, os hábitos de origem *country*, o sucesso de músicas sertanejas, entre muitos outros.

Por outro lado, as urbanidades associadas à economia se manifestam através de complexa divisão social do trabalho, redes técnicas, de transporte e comunicação, tanto no campo quanto na cidade. Associadas à política se revelam no planejamento e nos planos de gestão do território, na crescente “densidade normativa” (Santos, 2001) dos espaços citadinos e campestres. Por fim, associadas à cultura, as urbanidades se manifestam com a emancipação feminina e a redução da divisão sexual do trabalho, com a fluidez de informação, com a estetização de comportamentos de acordo com as mídias, entre muitos outros exemplos.

Importante acrescentar que as racionalidades autóctones incorporam informações e produzem urbanidades no local. Não há, apenas, a “chegada de urbanidades”. Se as urbanidades se difundem e se apresentam cada vez mais difusas

no espaço, o mesmo ocorre com as ruralidades! Há diversos exemplos, no Brasil, relativos à presença de ruralidades que compõem as funções de uma cidade e o seu próprio processo de urbanização, que se revelam corporativos, personalistas e/ou comprometidos com interesses do agronegócio. Este seria um movimento de difusão de ruralidades na cidade promovido por agentes que detêm meios de produção. Uma leitura atenta de Santos (1999) deixa bem claro que “homens lentos”, que não dominam o saber moderno, também podem gerar transformações. É o caso de produtores agrícolas que buscam a revalorização de sua identidade local através da formação de cooperativas e de movimentos de reconversão produtiva, algo gerador de novas identidades sociais (ou ruralidades) no campo e na cidade.

Sintetizando a proposta para que a nova mensagem dos pesquisadores seja acompanhada de correspondente linguagem: campo e cidade são formas concretas, materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; “urbano” e “rural” são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade. Por isso, urbanidades e ruralidades se combinam em cada recorte do espaço, seja um local, seja uma micro, meso ou macro região. Mais do que isso, urbanidades e ruralidades se combinam nos atos e na visão de mundo de cada indivíduo. São atributos, não substantivos. Propõe-se, aqui, abandonar por completo o vínculo direto entre espaço e “rural”, ou espaço e “urbano”, para que, referidas como ruralidades e urbanidades, tais categorias adquiram conteúdo analítico.

Considerações Finais

Consolidando proposições anteriores para análises pragmáticas, voltadas ao ordenamento ou planejamento territorial e que sirvam de base à coleta de dados estatísticos e formulação de políticas públicas, sugere-se apenas o uso dos termos campo e cidade. Embora o IBGE ainda trabalhe, talvez por inércia metodológica, com as categorias “urbano” e “rural”, sem sequer distinguir rural de agrícola, alguns de seus analistas reconhecem que tais expressões não têm conteúdo heurístico algum. São conceitos-obstáculo, enquanto campo e cidade têm melhor base empírica.

Os espaços, então, podem ser adjetivados como campestres ou citadinos, pois campo e cidade são referenciais formais. Nesse raciocínio o perímetro “urbano”

deveria ser denominado “citadino”. Conforme analisado em estudo prévio, em ambos espaços se manifestam identidades sociais que configuram ruralidades e urbanidades. Em paisagens do campo e das cidades (formas, conjuntos de objetos) existem urbanidades e ruralidades (conteúdos - heranças, origens, hábitos, relações, conjuntos de ações) que se combinam, gerando novas territorialidades, admitindo-se que cada local ou região pode abrigar diferentes territorialidades superpostas, relativas a diferentes agentes sociais. Para reforçar essa busca por uma nova visão, sustenta-se que não há espaços rurais ou espaços urbanos. Há urbanidades e ruralidades que, combinadas, ensejam as territorialidades particulares de cada localidade, município ou recorte regional. Trata-se de não encarar rural e urbano como substantivos, pois desta forma nada especificam e seu significado se esvazia.

Também importa sublinhar que comumente, mas não necessariamente, a cidade será o espaço de manifestação mais plena de urbanidades. Do mesmo modo, comumente, mas não necessariamente, o campo será o espaço de manifestação mais plena de ruralidades.

Então, o que são, afinal, “o rural” e “o urbano” ? Nada mais do que construções simbólicas, manifestações ou criações culturais concebidas, sim, a partir de hábitos, costumes. Ao contrário do campo e da cidade, ou melhor, de espaços campestres e citadinos, urbano e rural não podem ser mensurados ou delimitados, sequer analisados, porque não são substantivos. O uso das expressões ruralidades e urbanidades parece mais adequado do que “rural” e “urbano”, pois expressam maior dinamismo através de identidades sociais que se reconstroem. As manifestações associadas a imagens rurais e urbanas podem ser identificadas, na medida em que os indícios de sua existência estão nas práticas sociais e nas identidades constituídas/atribuídas por cada indivíduo, instituição ou agente social.

Notas

1 Este texto é produto do amadurecimento de reflexões geradas a partir do convívio acadêmico, entre 1998 e 2006, com os professores João Rua, Glaucio José Marafon, Roberto Moreira e Maria José Carneiro. Agradeço pelos ensinamentos, estímulos, pela atenção carinhosa e dedicada que jamais esquecerei. Agradeço ainda aos professores Glaucio José Marafon e Vera Lúcia S. Pessoa pelo empréstimo de material e pela possibilidade de levar a público a presente reflexão. A Ana Beatriz Mendonça, agradeço pelo empenho na revisão do texto, com as melhores sugestões do mundo.

2 Henri Léfèbvre foi um exemplo de autor que se inseriu, inicialmente, entre aqueles que analisavam o processo de “urbanização do rural”, utilizando tais categorias como operatórias e como relativas a uma base empírica. Posteriormente, suas distinções acerca da materialidade e dos conteúdos sociais, o ajudaram a se aproximar bastante do uso de rural e urbano como categorias analíticas e forneceram, junto com os estudos de Milton Santos, a principal inspiração para a escrita do presente texto.

3 Esta cronologia tem como referência as transformações na sociologia e na geografia norte-americanas e européias. As mudanças nos pensamentos sociológico e geográfico brasileiros ocorreram com certas especificidades que, em linhas gerais, atrasam tal cronologia. Considera-se, também, que uma matriz de interpretação teórica ou “escola” de pensamento não substitui a outra. As orientações teóricas se tornam predominantes ou minoritárias mas se somam, continuam a ser concomitantemente praticadas pelos pesquisadores. Ocorre uma disputa pela hegemonia nas práticas científicas que acaba por levar ao predomínio de uma ou outra escola de pensamento. No caso da geografia agrária brasileira, um horizonte lógico-formal ainda muito ativo, cede lugar à hegemonia de um horizonte crítico-radical, de inspiração marxista, na passagem dos anos 70 aos 80. Desde os anos 90, combinam-se a eles estudos de um horizonte humanista, ainda discreto nas reflexões sobre rural e ruralidade, majoritariamente economicistas até os dias atuais.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *O Futuro das Regiões Rurais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. 149p.
- BIAZZO, Pedro Paulo. Considerações Sobre as Categorias Rural e Ruralidade em Suas Dimensões de Conhecimento. *Revista Geo UERJ – Revista do Departamento de Geografia*, n. 18, jan-jun 2007. (no prelo)
- BIAZZO, Pedro Paulo. Revisitando as Paisagens Fluminenses: imaginações geográficas, representações do espaço e disputas de identidade. In: MARAFON, Glaucio J. e RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org.). *Revisitando o Território Fluminense II*. Rio de Janeiro: Edições NEGEF, 2007. p. 41-61.
- BLUME, Roni. Território e Ruralidade: a desmistificação do fim do rural. 182 f. *Dissertação* (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- CARNEIRO, Maria J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11, out. 1998. p. 53-75.
- CARNEIRO, Maria J. Ruralidade na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico-metodológica. In: *El mundo rural: transformaciones y perspectivas à la luz de la nueva ruralidade*. Bogotá. out. 2003. 16p. (mimeo)
- CHAMBOREDON, J. C. Nouvelles formes de l’opposition ville-campagne. In: DUBY, G. (Org.). *Histoire de La France Urbaine – Tome V*. Paris: Du Seuil, 1985. p.557-573.
- DE PAULA, Silvana. Quando o Campo se Torna uma Experiência Urbana, *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 17, out. 2001. p. 33-53.
- DE PAULA, Silvana. Natureza, Ruralidade e Experiência Urbana. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). *Identidades Sociais – Ruralidades no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 237-254.
- GRAZIANO DA SILVA. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas: Unicamp – Instituto de Economia, 1999.

JOLLIVET, Marcel. Des campagne paysannes au rural vert. In: JOLLIVET, M. (Org.). *Vers un Rural Postindustriel*. Paris: L'Harmattan, 1997.

KAYSER, B. *Ils Ont Choisi La Campagne*. Paris: Editions de L'Aube, 1996. 188 p.

LÉFÈBVRE, Henri. A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 1999 [1972], 212 p.

LIMA, Eli de Fátima N. de. Novas Ruralidades, Novas Identidades. Onde? In: MOREIRA, Roberto José (Org.). *Identidades Sociais – Ruralidades no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 41-64.

MARTINS, José de Souza. As Coisas no Lugar. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 9-42

MENDRAS, Henri. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, Maria I. P. de. (Org.). *Sociologia Rural*. RJ: Jorge Zahar, 1969. p.33-61.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação, *Cadernos CPDA – Ruralidades*. Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, n. 1. nov. 2002. 38p.

MOREIRA, Roberto José. Identidades Sociais em Territórios Rurais Fluminenses. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). *Identidades Sociais – Ruralidades no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 65-88.

MOREIRA, Roberto José. Configurações de Poderes Urbano-Rurais: fragmentos de discursos e práticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 18. Rio de Janeiro, *Mesas-Redondas...* Rio de Janeiro: UERJ, 2006. p.1-23.

MORMONT, Marc. Vers une Redéfinition du rural. *Recherches Sociologiques*, v. XX, n. 3. 1989. p.331-350.

MORMONT, Marc. A la recherché des spécificités rurales In: JOLLIVET(Org.). *Vers un Rural Postindustriel*. Paris: L'Harmattan, 1997. 256 p.

REDFIELD, R. *The Little Comunity and Peasant Society and Culture*. Chicago: Midway Reprint, 1956. 190 p.

- REMY, Jean. Pour une sociologie du rural ou le statut de l'espace dans la formation des acteurs sociaux. *Recherches Sociologiques*, v. XX, n. 3. 1989. p. 265-276.
- RUA, João. Urbanização rural ou novas ruralidades? In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 15. Goiânia, *Comunicações...* Goiânia: UFG, 2000 (a). p.418-420.
- RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Marta Foeppel (Org.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ/CTC-IGEO-Depto. de Geografia, 2002. p. 27-42
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, M. L. *Brasil: Sociedade e Território no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 474 p.
- SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1999. 174 p.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988. 112 p.
- SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994. 156 p.
- SARRACENO, Elena. *O Conceito de Ruralidade: problemas de definição em escala européia*. Roma: INEA, 1996.
- SCHNEIDER, Sergio. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. *Políticas Agrícolas*, porto Alegre, v. 3, n. 2. 1998. p.21-54
- SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefèbvre. In: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. (Orgs.). *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 248 p. p. 53-64.
- SOROKIN, Pitirim et al. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. [1930] In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.p.138-169
- VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias*. São Paulo: Autores Associados, 2002. 231 p.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O Lugar dos Rurais: o meio rural no Brasil

moderno. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 21. *Mesa-Redonda...*
Caxambu: UFMG, 1997. p.1-12.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A Ruralidade no Brasil Moderno - por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: *El mundo rural: transformaciones y perspectivas à la luz de la nueva ruralidade*. Bogotá. out. 2003. p.31-44